

# Carta ao Banco XYZ – Solicitação de Bloqueio de Contas

Lisboa, 15 de fevereiro de 2026

**Ex.mo Sr. Diretor**

Banco XYZ – Sede Central

Avenida da Liberdade, n.º 45

1050-115 Lisboa

**Assunto: Bloqueio imediato** das contas bancárias onde foram depositados fundos resultantes de prática de burla informática (phishing) – **Processo Penal n.º 2023/0456**.

## 1. Identificação do processo

- **Processo:** Processo Penal n.º **2023/0456** – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de **€32 000**.
- **Autor/Requerente:** Ministério Público, Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial de Lisboa.
- **Réu/Requerido:** João da Silva, contribuinte n.º **123 456 789**, residente em Rua da Palma, n.º 12, 1.º Dto., 1150-231 Lisboa.
- **Juiz de Instrução Criminal:** Juiz n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa.

## 2. Fundamentação jurídica

1. **Artigo 217.º do Código Penal** – “Burla informática” – a prática descrita nos autos enquadra-se perfeitamente nesta disposição, sendo imprescindível a preservação dos bens objeto da infração para efeitos de eventual restituição e garantia da execução da pena.
2. **Artigo 5.º da Lei n.º 50/2005, de 28 de agosto** (Regime Jurídico da Prevenção e da Luta contra a Criminalidade Económica e Financeira) – autoriza, mediante ordem judicial ou, em caso de urgência, por requerimento do Ministério Público, a **conservação e bloqueio de ativos financeiros** que constituam prova ou fruto de crime.
3. **Artigo 131.º do Código de Processo Penal** – permite a prática de diligências de conservação de bens antes do julgamento, a fim de evitar a dissipação de valores que possam ser objeto de indemnização ou da execução da sentença.

Em face do exposto, e considerando a **urgência** de impedir a movimentação e eventual ocultação dos fundos ilícitos, requer-se o **bloqueio imediato** das contas bancárias listadas abaixo, bem como a comunicação ao Ministério Público de quaisquer tentativas de movimentação ou levantamento dos valores.

## 3. Contas a bloquear

Nº da Conta	IBAN	Titular da Conta	Data da Depósito Fraudulento	Valor Depositado
001	PT50 0002 0123 4567 8901 2345 6	João da Silva	12 de março de 2023	€12 000,00

Nº da Conta	IBAN	Titular da Conta	Data da Depósito Fraudulento	Valor Depositado
002	PT50 0002 0123 4567 8901 2345 7	João da Silva	18 de março de 2023	€8 000,00
003	PT50 0002 0123 4567 8901 2345 8	João da Silva	22 de março de 2023	€12 000,00

*Observação:* Os depósitos foram realizados mediante transferências eletrónicas provenientes de contas de terceiros, identificadas nos autos como vítimas da prática de phishing.

#### 4. Pedido

Face ao exposto, requer-se a V. Exa. que:

1. **Proceda ao bloqueio imediato** das contas indicadas na tabela acima, impedindo qualquer operação de débito, crédito, transferência ou levantamento, até decisão judicial em contrário;
2. **Comunique por escrito** ao Ministério Público (Secção de Instrução Criminal, Tribunal Judicial de Lisboa) qualquer tentativa de movimentação ou tentativa de levantamento dos fundos;
3. **Forneça, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, um relatório contendo:
  - a data e hora da efetivação do bloqueio;
  - o nome do responsável interno que executou a medida;
  - a situação atual de cada conta (saldo, bloqueios parciais ou totais).

#### 5. Consequências de não cumprimento

O não cumprimento deste requerimento poderá constituir **obstrução da justiça**, nos termos do artigo 361.º do Código Penal, bem como gerar responsabilidade civil por danos causados ao Estado e às vítimas, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 50/2005.

#### 6. Documentação anexa

- Cópia do **auto de acusação** (Processo Penal n.º 2023/0456);
- **Extratos bancários** referentes aos depósitos fraudulentos (páginas 12 a 18);
- **Laudo pericial** de informática (Anexo B), que comprova a origem phishing das transferências;
- **Despacho do Juiz de Instrução Criminal**, nº 04/2026, que autoriza a medida de conservação de ativos.

#### 7. Contacto

Para quaisquer esclarecimentos adicionais, pode contactar a Procuradora do Ministério Público:

- **Marta Santos** – Procuradora da Secção de Instrução Criminal
- **Telefone:** 213 123 456
- **E-mail:** marta.santos@mp.pt

Agradecemos, antecipadamente, a colaboração e a pronta resposta a este pedido, imprescindível para a boa administração da justiça.

---

**Lisboa, 15 de fevereiro de 2026**

**Marta Santos**  
Procuradora do Ministério Público  
Secção de Instrução Criminal – Tribunal Judicial de Lisboa

---

*Esta correspondência contém informações confidenciais e reservadas ao âmbito do processo penal acima referido. Qualquer divulgação ou utilização não autorizada poderá ser punível nos termos da lei.*